

PANKE, LUCIANA. *CAMINOS PARA EL
PROTAGONISMO FEMININO*. 1. ED.
VALENCIA: TIRANT LO BANCH, 2024.

13

Rafaela Berger Pereira*

Autora de “*Campanhas eleitorais para mulheres: desafios e tendências*” (2016), uma importante contribuição teórica para os estudos de gênero, política e estereótipos da última década, Luciana Panke acaba de publicar o livro “*Caminos para el protagonismo femenino*” (2024). A obra foi lançada primeiramente na Espanha, por enquanto sem tradução para o português, uma das razões pelas quais a presente resenha pode ajudar estudantes do Brasil que se dedicam aos estudos sobre protagonismo feminino, gênero e mulheres na política.

O livro se inicia com uma dedicatória que muito diz sobre o conteúdo que vem a seguir: “Às mulheres e homens que acreditam que o cenário existe para ser compartilhado” (Panke, 2024, p. 7, tradução nossa). O público-alvo de Luciana não se restringe às mulheres, e isso é enfatizado ao longo de todo o texto. Um dos argumentos centrais da autora é que, na luta contra o sistema patriarcal, todos os aliados são bem-vindos, a fim de corrigir conjuntamente desigualdades históricas e construir uma sociedade mais justa e igualitária para as próximas gerações.

O problema do protagonismo feminino, ou melhor, da ausência dele, parte do fato de que ser mulher une segmentos da sociedade com diferentes identidades e perspectivas sociais que sofrem violências motivadas pelo gênero, e entre elas está a violência política de gênero. O conceito de violência política de gênero, de acordo com Panke (2024, p. 33), corresponde aos obstáculos criados para inibir a participação política das mulheres. Nessa discussão é fundamental reconhecer que nem toda mulher é excluída da mesma forma, tão pouco são incluídas na mesma medida e com a mesma facilidade. A exclusão política não atinge de maneira uniforme as mulheres, uma vez que as categorias de raça e classe são agravantes desse fenômeno, conforme demonstram as perspectivas interseccional e decolonial (Brah, 2006; Crenshaw, 1989; 1991; Akotirene, 2019; Collins; Bilge, 2021; Vergès, 2020). No entanto o ponto destacado por Panke é que nunca um homem foi excluído pelo fato de ser homem. As mulheres, sim, foram e são constantemente excluídas de vários espaços pelo fato de serem mulheres.

Para introduzir o debate, Luciana aponta que atualmente apenas 24 países têm mulheres como presidentas ou primeiras-ministras, ou seja, 12,4% dos 193

* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2020). Membro dos Grupos de Pesquisa Comunicação, Política e Tecnologia (PONTE) e Comunicação Eleitoral (CEL). Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-8740-9398>.

países reconhecidos internacionalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU)¹ são governados por mulheres. A questão que se levanta diante dos dados apresentados é: como podemos mudar isso? Eis que a tese central apresentada no livro é: para que o protagonismo feminino na política se concretize, é necessário que as mulheres sejam também protagonistas em todos os espaços da sociedade.

O capítulo 1, intitulado “O que significa protagonizar?” (Panke, 2024, tradução nossa), diz que ser protagonista significa não ser auxiliar, mas estar em espaço privilegiado de voz e visibilidade. A partir disso, um dos problemas do protagonismo feminino apresentados por Luciana é que os papéis protagonizados pelas mulheres geralmente estão associados aos espaços domésticos e à vida privada, o que é resultado da divisão sexual do trabalho (Biroli, 2016; Sacchet, 2009).

Nesse cenário, a participação das mulheres como protagonistas na vida pública se torna exceção. O texto destaca que, em muitos casos, com a profusão do discurso politicamente correto de inserir mulheres em postos de liderança, ocorre o fenômeno das vices, que inclui as mulheres sob a condição de estarem subjugadas a um homem. Acrescento que se trata da operacionalização de uma política cosmética da diversidade (Bernardino-Costa; Borges, 2021), que efetua medidas superficiais de inclusão e, portanto, não restringe geradores e reprodutores de desigualdades. Pelo contrário, a política cosmética reproduz hierarquias sociais valendo-se da aparente intenção de mudança para manter as estruturas de poder e dominação.

No primeiro capítulo, três subtópicos são tratados: democracia, patriarcado e violência política contra as mulheres. A questão colocada a respeito da democracia é: nossa democracia é democrática? A partir da leitura, respondo que não, por todas as visões de mundo não contempladas nas decisões públicas que afetam as pessoas que não vivem em condições iguais àquelas que decidem (Panke, 2024, p. 20, tradução nossa). Quanto ao patriarcado, Luciana demarca que não é um sistema natural, nem designado por Deus e, muito menos, biológico, mas sim resultante de uma formação cultural desenvolvida há milênios e que, por isso, está enraizada no imaginário ou inconsciente coletivo como algo místico, tornado a-histórico, eterno, invisível e imutável.

Além do sistema patriarcal, três sistemas alternativos são citados pela autora: (1) matriarcado, em que as mulheres líderes tomam decisões pelo grupo e são reconhecidas por isso, especialmente as anciãs pela sua sabedoria na condução das decisões coletivas; (2) matrifocalidade, que tem relação com a localidade da família e a permanência do grupo em torno do foco da representação feminina; e (3) matrilinearidade, quando a linhagem de uma família é registrada considerando as mães e o papel geracional feminino, com a herança

¹ Disponível em: https://www.nationalgeographic.pt/viagens/quantos-paises-existem-no-mundo-depnde-quem-contar_4241. Acesso em: 2 abr. 2024.

do nome de família dado pelas mães. Tais sistemas foram comuns nos períodos Neolítico e Paleolítico, mas ainda existem atualmente. É o caso dos Mosuo, na China, dos Nagovisi, na Nova Guiné, e de Minangkabau, na Indonésia.

Para encerrar o capítulo, coloca-se a discussão sobre violência política contra as mulheres. Retomo a definição do conceito, apresentado como os obstáculos criados para inibir a participação política das mulheres, frisando que a violência política contra as mulheres não está apenas nos obstáculos para que sejam eleitas. Depois da eleição, as mulheres ainda precisam lutar para se manter no poder e conseguir exercer poder.

Luciana propõe cinco categorias de classificação da violência política de gênero, nomeadas “culturas” pela autora, porque estão mais do que imersas no cotidiano, materializando-se nos discursos de agentes político-sociais em suas ações ou não ações. São elas: (1) cultura da incompetência: relacionada à crença de que existem qualidades e aptidões específicas para homens e mulheres, por isso a política não é lugar para elas; (2) cultura do silêncio: silenciar as mulheres faz parte da cultura patriarcal, e ser vista como uma mulher quieta é considerado um elogio; (3) cultura do assédio e do estupro: relacionada com a dominação dos corpos e a prática de considerar a beleza de uma mulher sua característica mais importante, partindo do pressuposto de que todas as mulheres desejam ser admiradas fisicamente e seus corpos estão disponíveis para a satisfação masculina; (4) cultura da submissão: a submissão representa outro modo de degradar as lideranças femininas, como se fosse sua obrigação servir aos demais, estar atenta e ser invisível ou no máximo visível ao ponto de não constituir ameaças à dominação masculina; (5) cultura do vitimismo: a generalização de que as mulheres que se manifestam e se posicionam são frustradas, dramáticas e reclamam de tudo.

Não faltam exemplos de violência política contra as mulheres no Brasil. Luciana cita alguns e acrescento outros. Uma das manifestações da cultura do assédio e do estupro na política brasileira aconteceu recentemente, em 2021, quando a deputada estadual de São Paulo Isa Penna teve seus seios apalpadados pelo deputado Fernando Cury durante uma sessão no Plenário. Apesar de ter sido condenado por importunação sexual na ocasião, Fernando Cury agora segue sua carreira política impunemente e é pré-candidato à Prefeitura de Itatinga-SP pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) (Condenado, 2024).

Além disso, o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus filhos também são excelentes exemplos da operacionalização da cultura do estupro. Jair Bolsonaro, quando deputado federal, gritou à deputada Maria do Rosário durante uma discussão “Não vou estuprar você porque você não merece” (Bolsonaro, 2014), como se a violação sexual fosse um agrado às mulheres a ser “merecido” e ao qual deveriam ser gratas. Não obstante, em 2021, Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente e deputado federal, referiu-se às suas colegas parlamentares

em uma postagem no Twitter como “portadoras de vagina” (Moura, 2021), literalmente reduzindo as mulheres a um órgão genital.

Ainda sobre a cultura do assédio, que considera a beleza de uma mulher sua característica mais importante, ótimos exemplos são as entrevistas de Marina Silva e Dilma Rousseff no *Jornal Nacional* durante a campanha para as eleições presidenciais de 2010, analisadas por Mota e Biroli (2014). As entrevistas de Marina e Dilma foram marcadas por indagações dos jornalistas a respeito de perda ou ganho de peso das candidatas e o uso de maquiagem, mesmo com pautas importantes a serem discutidas e a ampla qualificação das candidatas para falarem dos seus planos de governo.

O caso da vereadora Marielle Franco, brutalmente assassinada por milícias da política no Rio de Janeiro, é uma demonstração do escalonamento da violência política de gênero. Em múltiplas situações, as violências contra Marielle foram praticadas em atos de interrupções de suas falas na Câmara dos Vereadores, como é o caso da situação em que proferiu o seguinte discurso: “Não serei interrompida, não aturo interrupção dos vereadores desta Casa, não aturarei de um cidadão que vem aqui e não sabe ouvir a posição de uma mulher eleita!” (HELAL, 2023), proferido no dia 8 de março de 2018, Dia Internacional das Mulheres. A violência contra a vereadora escalonou a ponto de que apenas 6 dias depois foi vítima de um feminicídio político, na noite de 14 de março de 2018. A violência política contra a mulher pode ser sutil e também brutal; não existem limites para a misoginia.

O capítulo 2, “Existem características únicas da liderança feminina?” (Panke, 2024, tradução nossa), retoma os achados de Luciana em pesquisa sobre mulheres líderes na América Latina (Panke, 2016). A autora conjecturou que os modos de entrada na política eleitoral se relacionam com as formas de liderança das mulheres antes mesmo de serem eleitas, pois ingressam nos partidos e se tornam candidatas a partir de três origens: familiar, profissional e militância.

No primeiro subtópico do segundo capítulo, “Estilos de liderança” (Panke, 2024, tradução minha), Panke argumenta que a visibilidade é condição básica para a liderança, e esse é o principal desafio de muitas mulheres, especialmente quando respeitam sua autenticidade e não se resumem a cópias dos modelos masculinos que já estão em curso. Nesse sentido, a autora destaca a importância de se entender o poder como criativo e compartilhado, para que haja espaço para novas formas de identidades e para que elas sejam vistas.

Nos demais subtópicos do segundo capítulo, “Pandemia e mulheres nos governos” e “Liderança feminina: ações de combate ao Covid-19 dentro e fora da política” (Panke, 2024, tradução nossa), Luciana ressalta que parte dos países mais exitosos no combate à pandemia de Covid-19 é ou era governada por mulheres, entre eles Nova Zelândia, Noruega, Singapura, Estônia, Taiwan e Islândia. Para embasar suas proposições, Panke cita pesquisas que relacionam o sucesso das lideranças femininas no combate ao Covid à objetividade

na tomada de decisões, velocidade, objetividade e empatia na comunicação (Luoto, Varela, 2021). Além disso, cita estudos que compreendem as mulheres líderes como mais avessas ao risco do que os homens no domínio das vidas humanas e mais dispostas a assumir riscos do que os homens no domínio da economia (Garikipati, Kambhampati, 2021). Nesse sentido, a ideia parece ser demonstrar que o estilo de liderança das mulheres durante a pandemia teve como foco a produção de resultados efetivos no combate ao vírus, com uma postura diferente da dos homens e de operacionalização de um poder que cria alternativas.

O capítulo 3, “As mulheres são todas iguais?” (Panke, 2024, tradução nossa), inicia-se com o reforço da diversidade entre as mulheres, enfatizando que as mulheres não são todas iguais, da mesma forma que os homens também não são. Alguns deles são misóginos e outros são aliados na luta contra o patriarcado.

No primeiro subtópico do terceiro capítulo, “Os arquétipos das líderes” (Panke, 2024, tradução nossa), a autora se opõe à generalização da categoria “mulher na política” como se fosse um modelo homogêneo. Segundo Luciana, a pauta de representação por gênero transcende a preferência ideológica. Mulheres de partidos de direita, centro ou esquerda desejam seus espaços de representação. E o feminismo não pode promover a cultura da anulação entre as mulheres por discordância ideológica. O argumento de Luciana diz:

Não raramente escuto que alguma mulher não representa as mulheres. Às vezes porque é religiosa, outra porque é branca, ou porque é empresária, ou porque é lésbica, ou solteira, ou é sindicalista. Eu lhes pergunto: Não representa a que classe de mulheres? Certamente as mulheres não são todas iguais e compõem grupos distintos. Faz-se confusão entre pautas defendidas e gênero. Enquanto gênero, todas devem estar para que o corpo político feminino esteja representado. O campo das ideias será discutido a partir da naturalização de sua presença nas posições de poder. Não se pode permitir que as próprias mulheres reforcem os discursos patriarcais dizendo que cargos da política institucional não são lugares de determinadas mulheres. Podemos não concordar com o que dizem, mas devemos defender seu direito de estar lá como representante da categoria mulher (Panke, 2024, p. 69, tradução nossa).

Nesse ponto do texto, acredito que considerar as contribuições da teoria política feminista sobre representação política é fundamental. De acordo com Pitkin (1967), a representação política é uma representação de ideias, para além de um espelho da população nos parlamentos em termos de proporções numéricas. A representação baseada meramente na presença é chamada de representação descritiva e dá ênfase a “quem” representa mais do que a “o que” representa. Em contraponto, existe a representação substantiva, segundo a qual a função da democracia representativa é representar os interesses substantivos

da população, de forma que se atenta mais às pautas representadas do que a “quem” as representa.

Entendo que o argumento de Panke vai no sentido de que, se as instituições políticas são ocupadas por homens de direita, centro e esquerda, haja também mulheres de todas as ideologias nesses espaços. No entanto destaco o respeito à democracia como valor inegociável e o perigo que o Brasil enfrenta com uma direita conservadora que manifesta características antidemocráticas. Os argumentos de Panke (2024) sobre a participação de homens e mulheres juntos na luta política por igualdade de gênero são condizentes com a concepção de representação substantiva, apesar de não mencionar diretamente. O que acrescento é que podemos somar uma camada de teoria política feminista sobre qualidade das democracias representativas para fundamentar o debate.

Reconheço que o feminismo pode não ser um movimento exclusivamente da esquerda. Temos o exemplo de Cinthia Ribeiro, prefeita de Palmas-TO e única prefeita de capital no Brasil que se apresenta como “conservadora e feminista” (Boldrin, 2020). Mesmo sendo uma mulher conservadora, Cinthia é uma aliada na luta contra as opressões de gênero em sua atuação política. Entretanto mulheres adeptas de um conservadorismo antidemocrático e antifeministas não podem ser consideradas aliadas. É o caso de Damares Alves, ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no governo Bolsonaro, por múltiplas razões, mas, para citar uma delas como exemplo, pelo fato de essa figura política utilizar sua posição de poder e influência para tentar impedir que uma criança vítima de estupro abortasse legalmente (Vila-Nova, 2020) apenas por ser pessoalmente contra a prática de aborto devido aos seus dogmas religiosos, ignorando a laicidade do Estado. É justo que mulheres de diferentes pontos do espectro político consigam ser eleitas e representar as pessoas que votaram nelas, mas é fundamental que defendam valores democráticos; jamais impeçam que as mulheres acessem seus direitos, muito menos preguem intolerância e violência contra qualquer grupo social.

Adiante, no texto, Panke reforça o argumento dizendo que a exclusão de mulheres que pensam diferente é uma prática de opressão:

Mulheres que repetem generalizações de que homens são inimigos ou que mulheres que pensam diferente delas também são, por mais bem intencionadas que estejam, talvez possam realizar uma autorreflexão para verificar se não estão repetindo opressões. O feminismo é liberdade, não opressão (Panke, 2024, p. 113, tradução nossa).

Acredito que não se trata de reproduzir opressões e talvez o ponto não seja tratar como inimigas as mulheres que discordam, mas sim entender que algumas mulheres não reconhecem o papel do feminismo nos avanços que possibilitaram a sua participação efetiva na política. Inclusive, quando conseguem ocupar posições de poder, utilizam a influência conquistada para deslegitimar o feminismo e se posicionam para destruí-lo como se fosse um mal da sociedade. Nesse sentido, é fundamental que estejamos conscientes sobre a importância da

representação substantiva, que destaca o que a pessoa representa e não apenas sua identidade, porque não é estratégico que o feminismo trabalhe para que o poder seja de todas e uma parte crescente das mulheres beneficiadas pregue a destruição do movimento feminista e atue pelo regresso das nossas conquistas.

O feminismo é liberdade, mas liberdade para todas. Esse é o ponto que as mulheres de ideologias antidemocráticas não entenderam. É liberdade de culto para as cristãs e as umbandistas ou candomblecistas e muçulmanas e hinduístas; é liberdade de ser mãe se quiser e de poder escolher não ser com a segurança de não ser nem presa nem morta, é existir com segurança, sendo uma mulher cis e sendo uma mulher trans; é estar presente em todos os espaços que desejar sem ser discriminada e contar com o suporte de outras mulheres para isso; é não temer ser desrespeitada e violentada por outras mulheres.

No segundo subtópico do terceiro capítulo, “Os arquétipos da imagem pública”, Luciana apresenta os arquétipos da imagem pública identificados em sua pesquisa sobre campanhas de mulheres (Panke, 2016). Os arquétipos de candidatas e mulheres líderes são: A Guerreira, que pode ser uma Guerreira Líder ou Guerreira Dura; A Mãe, que tende a ser uma Mãe Atenciosa e Sensível; e A Profissional, que pode ser uma Profissional Trabalhadora ou Submissa. Segundo a autora, todas as mulheres com vida pública na política projetam com mais força uma das três imagens arquetípicas. A predominância de uma ou de outra depende de múltiplos fatores, entre eles: contexto, personalidade, objetivos e estratégia de comunicação.

A Guerreira é representada pelas mulheres que integram ambientes masculinizados, frequentemente hostis à sua presença e, por isso, precisam se impor para ser escutadas. A Guerreira Dura comunica inflexibilidade em relação às suas ideias, enquanto a Guerreira Líder comunica entusiasmo e consegue unir as pessoas por uma causa. A Mãe representa o poder da criação e evoca os símbolos da criação da vida nova, do cuidado, do afeto e da autoridade. Por fim, a Profissional é representada por aquelas que possuem capacidade técnica para desenvolver suas atividades. Porém sua capacitação não as livra da submissão a uma figura masculina, que pode ser a de um homem que a ensinou e preparou para a liderança, como um padrinho político.

O capítulo 4, “Como alcançar o protagonismo feminino?”, é o encerramento da discussão proposta e consiste na apresentação de caminhos para o protagonismo feminino (Panke, 2024, tradução nossa). A autora lista múltiplas iniciativas e organiza suas proposições em três eixos: (1) Mudanças Estruturais, (2) Políticas Públicas e (3) Partidos Políticos. As Mudanças Estruturais contemplam: (1.1) o reconhecimento das mulheres por si mesmas, (1.2) a linguagem inclusiva, (1.3) a concepção do poder com outras pessoas e não sobre outras pessoas, e (1.4) o trabalho conjunto entre mulheres e homens. Quanto às Políticas Públicas, a autora indica: (2.1) leis afirmativas, (2.2) educação contra preconceitos de gênero, (2.3) políticas pela eliminação da violência de gênero, e (2.4) capacitação econômica de mulheres. Por fim, quanto às ações de

Partidos Políticos, Luciana recomenda: (3.1) a formação de equipes diversas, (3.2) a recusa dos sexismos temáticos e (3.3) mesas diretivas com paridade.

O livro se encerra com um clima de esperança, dizendo que uma sociedade mais justa e igualitária é uma conquista que se realiza conjuntamente. Por fim, enfatiza mais uma vez o significado do protagonismo feminino:

é permitir à mulher ser autêntica e ser agente de sua história em toda a sua potência. É ser uma mulher que tenha liberdade para descobrir seus talentos e possa participar do mundo compartilhando sua criatividade, seu conhecimento e suas perspectivas (Panke, 2024, p. 119, tradução nossa).

Em suma, *Caminos para el protagonismo femenino* (2024) se apresenta extremamente relevante para todas as pessoas interessadas em promover uma sociedade com mulheres cada vez mais protagonistas. As contribuições de Luciana são interdisciplinares e oferecem ótimas reflexões para estudos sobre a representação de mulheres em diferentes campos do conhecimento. O livro motiva quem o lê a construir um cenário menos hostil para todas as mulheres, com visibilidade e igualdade de oportunidades.

REFERÊNCIAS

- BERNARDINO-COSTA, Joaze; BORGES, Antonádia. Um projeto decolonial antirracista: ações afirmativas na pós-graduação da Universidade de Brasília. *Educação & Sociedade*, v. 42, p. e253119, 2021.
- BOLSONARO, Jair. "Não estupro porque você não merece", diz Bolsonaro a Maria do Rosário. [S. l.: s. n.], 9 dez. 2014. 1 vídeo (2 min 04 s). Publicado pelo canal IstoÉ Publicações. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LD8-b4wvIjc>>. Acesso em: 30 abr. 2021.
- BOLDRIN, Fernanda. "Conservadora e feminista": Cinthia Ribeiro é a única mulher eleita prefeita de uma capital em 2020. *Estadão*, 04 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/conservadora-e-feminista-cinthia-ribeiro-e-a-unica-mulher-eleita-prefeita-de-uma-capital-em-2020/>>. Acesso em: 2 abr. 2024.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. <Cadernos Pagu>, p. 329–376, 2006.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. <Interseccionalidade>. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

- CONDENADO por importunação sexual, Fernando Cury vai se filiar ao PSDB. *In: G1 SP*. São Paulo, 04 abr. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/04/04/condenado-por-importunacao-sexual-fernando-cury-vai-se-filiar-ao-psdb.ghtml>. Acesso em: 2 abr. 2024.
- CRENSHAW, Kimberlé Williams. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of anti-discrimination doctrine, feminist theory, and anti-racist politics. *University of Chicago Legal Forum*, v. 140, p. 139–67, 1989.
- CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the Margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, p. 1.241–99, 1991.
- GARIKIPATI, Supriya; KAMBHAMPATI, Uma. Leading the fight against the pandemic: Does gender really matter?. *Feminist Economics*, v. 27, n. 1–2, p. 401–418, 2021.
- HELAL FILHO, William. “As rosas da resistência nascem do asfalto”: o último discurso de Marielle Franco na Câmara do Rio. *O Globo*, 14 mar. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/blog-do-acervo/post/2023/03/as-rosas-da-resistencia-nascem-do-asfalto-o-ultimo-discurso-de-marielle-franco-na-camara-do-rio.ghtml>. Acesso em: 2 abr. 2024.
- LUOTO, Severi; VARELLA, Marco Antonio Correa. Pandemic leadership: sex differences and their evolutionary–developmental origins. *Frontiers in psychology*, v. 12, 2021.
- MOTA, Fernanda Ferreira; BIROLI, Flávia. O gênero na política: a construção do “feminino” nas eleições presidenciais de 2010. *Cadernos Pagu*, p. 197–231, 2014.
- MOURA, Athos. Eduardo Bolsonaro diz que mulheres são... “portadoras de vagina”. *O Globo*, 08 abr. 2021. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/eduardo-bolsonaro-diz-que-mulheres-sao-de-portadoras-de-vagina.html>. Acesso em: 2 abr. 2024.
- PANKE, Luciana. *Caminos para el protagonismo feminino*. 1. ed. Valencia: Tirant Lo Banch, 2024.
- PANKE, Luciana. *Campanhas eleitorais para mulheres: desafios e tendências*. Curitiba: Editora UFPR, 2016.
- PITKIN, Hanna. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press, 1967.

SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. *Opinião Pública*, v. 15, p. 306–332, 2009.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VILA-NOVA, Carolina. Ministra Damares Alves agiu para impedir aborto em criança de 10 anos. *Folha de S.Paulo*, 20 set. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damares-alves-agiu-para-impedir-aborto-de-crianca-de-10-anos.shtml>. Acesso em: 2 abr. 2024.